Suplemento de Património

Mensal | Ano 12 | N.º 87 | distribuição gratuita | Revista Municipal

Dois documentos epigráficos medievais inéditos da igreja de Boim (Lousada)

Cristiano Cardoso[*] *e Luís Sousa*[**]

INTRODUÇÃO

O ensaio que ora se dá conta corresponde à catalogação e breve estudo de enquadramento crono-espacial de duas epígrafes medievais existentes na igreja de São Vicente de Boim, no concelho de Lousada.

Em Agosto de 2007, durante uma deslocação à referida igreja no âmbito do acompanhamento da reportagem fotográfica para a monografia "Lousada: percursos de memória", e auxiliados por uma incidência de luz favorável, identificamos a epígrafe localizada na parede fundeira da capela-mor. Logo nesse momento, procedemos ao primeiro registo fotográfico. Esta epígrafe suscitou-nos absoluta surpresa, pois jamais a viramos mencionada em qualquer inventário ou estudo. Já no decorrer do primeiro ensaio de decalque desta epígrafe, em Março de 2010, foi possível identificar uma segunda inscrição, num silhar inserido no pano sul da capela-mor. A convicção de que estávamos na presença de dois importantes documentos epigráficos medievais consolidou-se quando verificamos que o *Corpus* Epigráfico Medieval Português não as mencionava nem inventariava. **(Fig. 1)**

Fig. 1 - Igreja de São Vicente de Boim

Nesta breve notícia fazemos ainda um ponto da situação sobre o actual estado do conhecimento das epígrafes medievais no concelho de Lousada, dando nota das presentemente conhecidas, enquadrando estas e as agora divulgadas no quadro sócio-cultural da época.

QUADRO ACTUAL DA EPIGRAFIA MEDIEVAL LOUSADENSE

Não abundam as inscrições medievais no espaço concelhio lousadense. Comprovadamente apenas três se contabilizam: duas aparecidas na igreja paroquial de Meinedo e uma outra na igreja de Vilar do Torno e Alentém. Ainda que careça de aprofundada análise, também da Idade Média será uma das epígrafes que compreende o monumento epigráfico depositado na Quinta de Santo Adrião (Silvares).

As mais antigas inscrições medievais conhecidas no concelho de Lousada são provenientes da igreja de Meinedo. Apesar de se tratar de epígrafes não datadas, o seu conteúdo e formulário permitiu enquadrá-las no século XI. São, deste modo, manifesto testemunho de uma ancestral tradição epigráfica na região, que, por certo, aqui se deverá ao não menos antigo Mosteiro de Santo Tirso de Meinedo, seguramente fundado em data anterior a 1131, ano em que D. Afonso Henriques o doa à Sé do Porto (Barroca MJ, 2000, II (1): 131; Lopes ET, 2001: 42).

A primeira inscrição, funerária, encontra-se depositada no Museu do Seminário Maior do Porto, tendo sido gravada em lápide de granito, na qual se lê:

E(ra) M [—] / GU[nt]I / NA IIUS / TA

No topo do bloco foi gravada a data, da mesma restando apenas o E e o M – *Era Milésima*. Abaixo aparece "gravada uma cruz grega pátea, com botão central e pé alto, e nos quadrantes por ela definidos, GU [nt]I NA e IIUSTA". Esta Guntina Justa, para Mário Barroca, poderá ser a "mãe de D. Guterre Mendes, D. Guntina Mendes, que seg. José Mattoso se encontra documentada em [1072]" (Barroca MJ, 2000, II (1): 130-131, n.º44).

A segunda epígrafe, infelizmente perdida, restando apenas o registo fotográfico da década de 40 do século passado, foi similarmente gravada em suporte granítico, devendo tratar-se de uma lápide ou silhar funerário. Nela se encontra a seguinte inscrição:

E • I • E […] / BONA […]

Tal como a inscrição anterior, também esta esteve inédita até merecer o estudo atento no ano 2000, por parte de Mário Barroca. Segundo este autor, as parcas dimensões da peça e do texto não permitem tecer alargadas considerações, levantando, inclusive, algumas dúvidas quanto à sua datação. Acrescenta ainda que "por não ser claro na fotografia", se torna difícil determinar se se trata de um I entre os pontos distinguentes se de uma "cruz recruzetada" (Barroca MJ, 2000, II (1): 131-132, nº45).

[*] Técnico Superior de Ciências Históricas. cristiano.cardoso@cm-lousada.pt

[**] Arqueólogo. Luis.Sousa@cm-lousada.pt

Na quinta de Santo Adrião encontra-se depositado um singular monumento epigráfico. Na Época Romana foi lavrado num bloco granítico uma ara dedicada ao deus Re(o)ve, uma divindade indígena associada ao culto das águas subterrâneas, "sob a invocação de *Reove Vadumic[o]*[1]. O voto foi erigido por um Nigrinus filho de Niger, o que se reconhece como nomes latinizados. (…) A análise paleográfica e a comparação com outros documentos análogos, possibilitou apontar para o monumento uma cronologia em redor do século II d.C." (Magalhães *et alii*, 2009: 27-28). Do lado esquerdo da ara, relativamente à epígrafe romana, foi gravada uma inscrição possivelmente medieval. O traçado tosco, pouco profundo e truncado das letras tem dificultado a sua caracterização, necessitando que se lhe dedique uma observação mais atenta. A inscrição contém unicamente três a quatro letras, o que impossibilita de algum modo avançar no seu estudo. Não queremos, todavia, deixar de realçar que esta inscrição poderá relacionar-se com a edificação ou obras realizadas na capela de Santo Adrião, templo que se encontra documentado desde 1059[2] (Magalhães *et alii*, 2009: 110).

Fig. 2 - Localização das epígrafes

Divulgada desde meados do século passado, a epígrafe de Vilar do Torno foi inicialmente estudada por Armando de Mattos (1946-48), que julgou tratar-se de uma estela discóide, em razão de a ter visualizado apenas parcialmente, pois à época achava-se embutida na parede lateral sul da igreja paroquial. Apenas em 1987 voltaria a ser referenciada, aquando do desenvolvimento de um estudo centrado nas "Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séc. V a XV)", da autoria de Mário Barroca, todavia, também este investigador, na sequência da leitura efectuada por Armando de Mattos, considerou estar-se perante uma estela discóide, apontando, porém, que se trataria de uma inscrição do século XIV, diferençando-se neste ponto em relação aquele autor que a havia classificado como sendo do século XIII.

Em razão de se encontrar embutida na parede da igreja de Vilar do Torno e Alentém até aos inícios de 1994 dificultou uma apreciação global da peça, posição que o próprio Mário Barroca (2000) viria a evidenciar mais tarde. Nesta altura, como atrás ficou dito, o bloco granítico de formato rectangular tinha sido retirado da parede da igreja, fruto de obras de ampliação que a mesma sofreu na primeira metade da década de 90 de século XX, circunstância que possibilitou pela primeira vez efectuar uma visualização integral do monumento, vindo o mesmo a ser então classificado como um possível "marco de propriedade com as quatro faces ornamentadas com temas de inspiração popular" (Barroca MJ, 2000, II (2): 2024).

A inscrição que surge gravada abaixo de uma cruz incerta num círculo é de difícil interpretação, devendo tratar-se do patronímico ANES. Armando de Mattos leu ainda GARCIA por baixo daquele patronímico, ideia contestada por Mário Barroca (2000, II (2): 2024) que disse que ANES é a "única parte que se consegue ler"[3].

IGREJA DE BOIM: BREVE NOTA HISTÓRICA E ARQUITECTÓNICA

A primeira referência documental conhecida relativa à igreja de Boim é a do texto das Inquirições de 1258, em que o prelado, Pedro Eanes, e os restantes jurados afirmam ser esta igreja pertença dos herdeiros de D. Guiomar Mendes de Sousa e do mosteiro de Santo Tirso, estando a apresentação do pároco condicionada à confirmação do bispo do Porto (cf. Lopes, 2004:188). Francisco Carvalho Correia, no seu importante trabalho sobre o aludido cenóbio beneditino, não conseguiu apurar a forma de aquisição do direito de padroado desta igreja (Correia, 2008:12 e 13), nem da parte que já lhe pertencia em 1258, nem da restante parte. Podemos, contudo admitir, que se tratasse de doação da própria D. Guiomar, de entre o património que lhe coubera da parte do seu marido João Pires da Maia, da linhagem do refundador e padroeiro de Santo Tirso, Soeiro Mendes da Maia, o Bom.

No seguimento do que já dissemos em trabalho anterior, o direito de padroado exercido pelos *herdadores* não deverá ter sobrevivido à acção legisladora, especialmente concentrada no reinado de D. Dinis, que procurou limitar os abusos dos padroeiros sobre as igrejas e mosteiros (Silva e Cardoso, 2010:2; Pizarro, 2005:150-157). Com efeito, já na primeira metade do século XVI, o direito de padroado pertencia exclusivamente ao mosteiro de Santo Tirso (Santos, 1973:112).

A igreja de São Vicente de Boim sofreu inúmeras alterações na sua estrutura arquitectónica ao longo dos tempos. Da maior parte dessas sucessivas intervenções não nos ficaram quaisquer registos documentais. Só através da análise arquitectónica e da estrutura das paredes podemos avançar algumas hipóteses cronológicas para os diferentes corpos que compõem a igreja.

---

[1] Devemos a leitura desta inscrição ao Mestre Armando Redentor, pelo que deixamos aqui o nosso sincero agradecimento.

[2] *Trata-se do diploma n.º XXX, dos* Diplomata et Chartae, *podendo ler-se:* Et ex alia parte sancto veressimo de monte calvelo. **vila molas**. de ipsa villa IIII.ª integra per suos terminos. et de **villa Silvares** IIII.ª integra. et de **ecclesia sancto Adriano** IIII.ª integra. has villas et ecclesias desuper nominatas per cunctis terminis suis et cum suis prestacionibus et sicut in testamento et in scripturas et in colmellos de domna sabida resonat et de tota illa criazon medietate integra.

[3] *No catálogo da obra* Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422): Corpus Epigráfico Medieval Português, *de Mário Barroca, esta inscrição encontra-se arrolada sob o n.º 720. Chamamos a atenção que pese embora seja mencionado que o local de paradeiro é a igreja de Vilar do Torno e Alentém, esta é localizada na freguesia do Torno, concelho de Felgueiras (Barroca MJ, 2000, II (2): 2023), quando efectivamente se situa na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, do concelho de Lousada.*

A fachada principal da igreja constitui o único vestígio da construção erguida na primeira metade do século XVI, com o seu grande portal de arcada redonda, composto por altas e largas aduelas de esquina chanfrada, como constatou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1995:ficha 45). A empena, que arranca directamente da parede, sem entablamento, é interrompida no topo por uma base, na qual esteve primitivamente assentado um pequeno campanário. A fachada não apresenta qualquer vão, conferindo uma ideia de robustez muito característica ao conjunto. **(Fig. 2)**

Ao corpo da nave quinhentista foram acrescentados dois volumes em momentos distintos. O primeiro a ser construído foi o corpo do lado norte, originalmente edificado para albergar uma capela com a invocação do Senhor dos Desamparados. Embora não saibamos quando foi iniciada, sabemos que em 1758 já estava acabada e nela já se faziam alguns enterramentos (Silva e Cardoso, 2010:3). O trabalho de cantaria dos vãos e dos remates permite distinguir este corpo daquele que se ergue do lado oposto, voltado a sul, evidenciando que foi executado em momento posterior. Não é, portanto, totalmente válida a cronologia avançada por Pinho Leal que indica o ano de 1777 para a construção conjunta dos dois corpos (1990:103), mas poderá, isso sim, corresponder ao início da obra do corpo sul. Este poderá ter sido erguido de forma a conferir maior dignidade à capela do Senhor dos Desamparados, através da definição de uma nave, e para garantir mais área às missas celebradas no seu altar. Seguindo a hipótese de Pinho Leal, a sua construção que poderá ter ocorrido durante o último quartel do século XVIII. Juntamente com esta nave foi levantado um campanário, apoiado à parede oeste, composto por dois vãos para albergar sinos. Na estrutura dos alçados da nave primitiva é possível distinguir a zona de demolição.

Mas é na estrutura da capela-mor que encontramos os sinais que indiciam um momento construtivo bem mais antigo e, seguramente, relacionados com as epígrafes que aqui se tratam. A capela-mor actual denota ter sido construída de raiz. O trabalho de cantaria da base das paredes e dos pilares demonstram tratar-se de obra de um só ímpeto. Contudo, nos panos das paredes, observa-se a existência de cantaria pseudo-isódoma em diversas fiadas – preponderantemente na parede fundeira –, e em silhares avulsos – como na parede sul – facto que sugere o reaproveitamento de materiais de uma construção antiga que fora demolida para dar lugar a outra moderna. Os dois silhares que servem de suporte às epígrafes aqui identificadas enquadram-se precisamente nestas características, levando-nos a admitir a existência de uma edificação medieval que terá sido totalmente desmontada para dar lugar ao edifício quinhentista. Nesta conformidade, a antiga capela-mor corresponderá à cronologia que seguidamente apontamos para as epígrafes.

Epígrafe 1

Procedemos a partir deste ponto à exposição de uma visão analítica das peças epigráficas presentes na igreja de São Vicente de Boim.

Em virtude do emprego de certas abreviaturas e por estarem truncados os suportes, a leitura não é facilitada, em todo o caso apresentamos algumas propostas do conteúdo das inscrições e sua cronologia. **(Fig. 3)**

Ambas as epígrafes ocupam a segunda fiada de silhares acima da sapata do edificado correspondente à capela-mor da igreja de São Vicente de Boim, estando gravadas em blocos graníticos que julgamos possivelmente pertencentes à primitiva construção, silhares que serão comprovadamente anteriores às reformas do século XVI que a igreja evidencia.

A primeira inscrição, que revela um certo cuidado no *ordinatio*, encontra-se no topo exterior nascente da capela-mor, tendo sido gravada num silhar granítico quadrangular com as dimensões de 38cm de altura e 60cm de comprimento. Está organizada em duas regras ou linhas de texto, cujo espaço inter-linear é de cerca de 2cm. A equidistância entre as letras e os pontos distinguentes cifra-se entre os 1,4cm e 1,7cm. Na primeira linha os pontos distinguentes, em número de três e alinhados verticalmente, encontram-se bem marcados e alinhados. Entre o possível M e o F uncial, deparamos apenas com a presença de um ponto, estando este desalinhado relativamente aos demais. Sobre este, embora em traço muito ténue, verificamos a possível presença de um outro, que, a ter existido, se encontrava gravado em concordância com os restantes. Os pontos distinguentes possuem aqui uma altura que oscila entre os 10,5 e 11,5cm, tendo longitudinalmente uma equidistância mínima de 2,8 e máxima de 4,2cm, diferençando-se esta separação somente entre o possível M e o F uncial, onde se constatam 5,8cm.

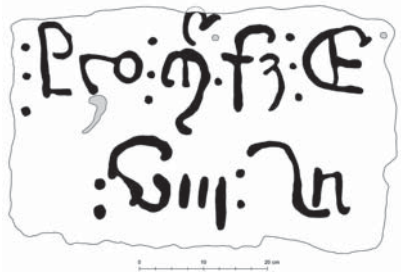

Fig. 3 - Decalque da epígrafe 1

A segunda regra é de mais difícil leitura, revelando algum descuido por parte do lapicista. Na parte inicial desta regra, no espaço que medeia entre o começo da peça e os dois primeiros pontos, terá sido gravada uma letra que não nos foi possível divisar pelo facto de nesta zona se ter desprendido um fragmento superficial do granito. As letras cinzeladas seguintes mostram um possível G uncial, seguido de três sulcos verticais paralelos, sendo o da direita mais longo. Esta abreviatura encontra-se entre pontos distinguentes, dois em cada lado. O texto é finalizado pela presença de uma abreviatura precedida de dois pontos compondo-se de um V curvilíneo e um N uncial.

Leitura:

/ : L(ouren)ÇO : M(andou) : F(a)Z(er) : E(ra)/
/[…] : G(?)ıı|(?) : V[…] N[…]

O alfabeto utilizado nesta epígrafe, bem como na inscrição seguinte, é o tipo carolino com influências unciais, segundo classificação dos quatro grandes grupos de alfabetos definidos por Mário Barroca (2000, I: 144) para a epigrafia medieval portuguesa, alfabeto detectado em algumas inscrições a partir de fins do séc. XI, vulgarizando-se a partir de 1145 (Barroca MJ, 2000, I: 158-159).

A peça, pela circunstância de ter gravadas algumas abreviaturas de difícil interpretação e de estar truncada, não permite que se lhe determine com segurança a natureza do conteúdo. Julgamos que lhe falta texto à esquerda, pelo que a abreviatura que abre actualmente a inscrição se reporta talvez ao patronímico LOURENÇO, usual no onomástico medieval, devendo o restante letreiro conter a expressão M(andou) F(azer), iniciando-se ainda nesta primeira regra a datação, de que se deverá ler E(ra). A data figuraria na regra seguinte, parte que não possuímos, por

perdida. A segunda regra revela-se-nos de difícil entendimento, por um lado, por estar truncada, por outro, pela interpretação dúbia que nos oferecem as abreviaturas gravadas, acrescentando-se à condição de que não dispomos de elementos que nos permitam o estabelecimento de comparações.

Epígrafe 2

Esta inscrição mostra apenas uma linha de texto, composta por palavras abreviadas figurando apenas as letras "S" e "V", em uncial de linha curva, separadas por três pontos distinguentes dispostos na vertical. Sobre o "S", alinhada à esquerda da peça, vemos gravada uma pequena cruz simples de braços equiláteros, com as dimensões aproximadas de 6x6cm. **(Fig. 4)** As letras têm uma altura máxima de 15cm e mínima de 9cm. O "S" possui abreviatura sobrelevada com 4,5cm de altura. O "V" possui também abreviatura sobrelevada, tendo esta de altura 6cm. Os pontos distinguentes têm de altura máxima 10,5cm, com uma equidistância entre os pontos de 4,5cm. As letras e os pontos distinguentes encontram-se separados por um intervalo de 2,5cm a 3cm.

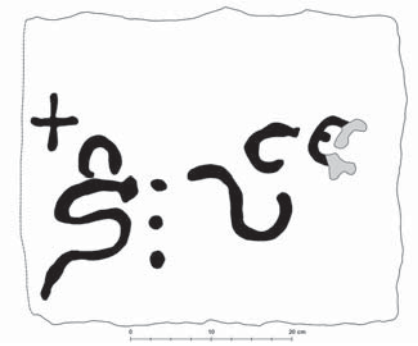

Fig. 4 - Decalque da epígrafe 2

Leitura:

+ S(ão) : V(icente)

O texto deverá estar completo, a cruz elevada no topo superior esquerdo encontra-se, julgamos, a dar início à inscrição, e a última letra não possui pontos distinguentes como que a dar a indicação de uma separação. É crível que a mesma possa significar *S(ancto) V(i)CE(ncio)* ou *S(ão) V(i)CE(nte)*, recaindo sobre esta segunda hipótese maior aceitação da nossa parte.

Pensamos que esta inscrição se relacionará com obras de restauro ou com a conclusão da construção desta parte do edificado, marcando porventura um acto de sagração.

Conclusões

Uma epígrafe, enquanto documento histórico, constitui-se como das mais importantes fontes de estudo para o período a que respeitam, no caso vertente para o historiador ou arqueólogo medievalista. É nesta ambiência hermenêutica que os dois monumentos de que demos notícia devem ser valorizados, por um lado, porque sobre a igreja de Boim são parcos os registos documentais que a citam, por outro, porque são dos mais ancestrais e concretos testemunhos que provam a presença daquela igreja no actual espaço que ocupa.

A análise paleográfica realizada, mormente ao nível do tipo de alfabeto, abreviaturas e sinais distinguentes, permite enquadrar cronologicamente os dois documentos epigráficos expostos entre finais do séc. XIII e os inícios do séc. XIV.

Entre outros aspectos epigráficos aflorados anteriormente, uma das características que salta numa primeira análise das epígrafes é o sinal de separação das palavras, que se constitui por três pontos sobrepostos em posição vertical, considerado o mais abundantemente utilizado nas inscrições medievais (Barroca, 2000, I: 202). Este sinal terá surgido pelos inícios do século X, verificando-se a difusão do mesmo ao longo do século XII e XIII, porém, sem se destacar relativamente aos demais sinais empregues, nomeadamente de traços verticais, triângulos, folhas de hera, etc. O século XIV constitui-se como o século de afirmação do uso de três pontos sobrepostos a separar as palavras, constatando-se o emprego deste sinal em cerca de metade das epígrafes portuguesas que usam como demarcação entre palavras o ponto (Barroca, 2000, I: 204).

Algumas letras, como os FF, começam a sofrer influências unciais a partir de meados do séc. XII (1148), caracterizando-se pelo traçado curvo da linha superior. Será, porém, a partir de 1197, que o verdadeiro F uncial passa a ser usado, definido por uma linha indistinta entre o travessão superior e a haste vertical (Barroca MJ, 2000: 159), tradição verificada no F representado na epígrafe 1, porém, de aspecto mais tardio, associado a uma palavra escrita já em português: FAZER. O próprio M, com abreviatura sobrelevada de MANDOU, que antecede o F referido, apresenta grafia tardia, porventura mostrando até já algum distanciamento do alfabeto carolino de influência uncial. Trata-se de um M curvo assimétrico, com a haste direita mais longa relativamente à da esquerda e da central, representadas de modo regular.

Quer as letras, quer os sinais de separação que compõem a inscrição, mostram já traços largos, o que parece ser um modo de gravar entre os lapicistas que se começa a vulgarizar nos primeiros anos do século XIV.

Bibliografia

BARROCA, M. J. (1987) – *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (séc. V a XV)*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto (Policopiado).

BARROCA, M. J. (2000) – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422): Corpus Epigráfico Medieval Português*, 4 Vols. Porto: FCG/FCT/MCT.

CORREIA, F. C. (2008) - *O Mosteiro de Santo Tirso, de 978 a 1588: a silhueta de uma entidade projectada no chão de uma história milenária*, Vol. 2, Santiago de Compostela: USC.

LEAL, A. S. d'A. B de P. – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Cota d'Armas, [DL 1990]. Vol. VII.

LOPES, E. T. (2001) – *Meinedo: subsídios para uma possível história desta freguesia*. Lousada: Câmara Municipal.

LOPES, E. T. (2004) – *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal.

MAGALHÃES, P., MOREIRA, C., CARDOSO, C. e SOUSA, L. (2009) – *Silvares: um percurso pela sua história*. Lousada: Junta de Freguesia de Silvares.

Patrimonium: Inventário das Terras de Sousa. Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira (1995). [CD-ROM]. Porto: Edição Etnos, Lda. (Textos de C. A. F. de Almeida).

PIZARRO, J. A. S. M. (2005) – *D. Dinis*. Mem Martins: Círculo de Leitores.

SANTOS, C. A. D. (1973) – *O censual da mitra do porto: subsidios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento* (Documentos e memórias para a história do Porto, 39), Porto: Câmara Municipal.

SILVA, E. e CARDOSO, C. (2010) – *A Igreja de São Vicente de Boim, in* Revista Municipal, Ano 11, 3.ª série, n.º 79, Lousada: Câmara Municipal.